

O PRÍNCIPE DOS POETAS BRASILEIROS E O SORRISO DE MONALISA: VISÕES DA POBREZA NA CRÔNICA DE OLAVO BILAC

THE PRINCE OF BRAZILIAN POETS AND MONA LISA SMILE: PERSPECTIVES
OF POVERTY IN OLAVO BILAC'S CHRONICLE WRITINGS

Marco Aurélio de Souza¹

Resumo: Este artigo investiga a reflexão social do escritor Olavo Bilac a respeito dos pobres e da pobreza, tendo por fontes sua produção cronística publicada na imprensa. Confrontando a visão oficialista na qual o “príncipe dos poetas brasileiros” foi o principal representante da literatura como “sorriso da sociedade” – quer dizer, de certa concepção de escrita literária cujo esteticismo dispensava qualquer afinidade com causas e temas sociais – com a prolífica produção do autor sobre os problemas do pobre e da pobreza, demonstramos como, subjacente a certo preconceito intelectual destinado ao parnasianismo de Bilac, está latente uma desconhecida preocupação social do escritor que, ainda que marcada pelo espontaneísmo e pela volubilidade de seu pensamento, atestam a emergência da questão social no horizonte temático e reflexivo de um dos principais escritores brasileiros do início do século XX.

Palavras-chave: Pobreza; Olavo Bilac; Crônicas.

Abstract: This article investigates Olavo Bilac's social thought concerning poor people and poverty, based on his chronicle writing published on the press. It confronts the official version in which “the prince of Brazilian poets” was the most important writer to represent literature as “society's smile” – that is, a conception of literary writing in which estheticism did not worry about social themes or causes – with his prolific production on problems related to poor people and poverty, we show that, underlying certain intellectual prejudice related to Bilac's parnasianism, it is latent an unknown social engagement of the writer that, although it is marked by spontaneity and volubility of his thought, proves the emergency of social debate in the horizon of one of the most important Brazilian writers in the beginning of 20th century.

¹Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3161-8378>. E-mail: aurelio.as25@yahoo.com.br.

Keywords: Poverty; Olavo Bilac; Chronicle Writings.

1 INTRODUÇÃO

No Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX, as mudanças políticas e sociais decorrentes do advento da ordem republicana impulsionaram uma série de transformações que remodelaram não apenas o espaço público da capital federal como também a mentalidade de suas classes altas e médias, intelectualmente representadas pela atividade jornalística da grande imprensa do período. O imaginário social reconhecido pela expressão *Belle Époque* grassou forte pelas ruas e avenidas cariocas, com drásticas consequências para a população pobre da cidade, removida das áreas centrais da urbe em nome do “progresso” – noção que, naquele momento, não raro se confundia com as mais agressivas práticas de higienização social, amplamente discutidas pela historiografia nacional².

Nesse contexto, também o olhar dispensado pelas elites políticas, econômicas e intelectuais do país aos pobres e à pobreza parece ter se transformado, multiplicando discursos de diferentes vieses sobre a questão social. Para Nicolau Sevcenko,

É nesse momento que se registra na consciência intelectual a ideia do desmembramento da comunidade brasileira em duas sociedades antagônicas e dessintonizadas, devendo uma inevitavelmente prevalecer sobre a outra, ou encontrarem um ponto de ajustamento. (SEVCENKO, 2003, p. 45).

Em seu clássico estudo *Literatura como missão*, o historiador divide e classifica os escritores da *Belle Époque* carioca segundo um instigante critério de adequação/inadequação à ordem política e econômica recém-instaurada, pós-abolição e advento da República. De um lado, distinguir-se-iam os

² Para uma visão mais ampla sobre o tema, ver: SEVCENKO, 2018; CARVALHO, 2019.

escritores profissionalmente bem-sucedidos, com trânsito entre as elites, fiadores da noção de literatura como "sorriso da sociedade" – neste grupo, o poeta Olavo Bilac comumente é visto não apenas como um nome representativo, mas também como o seu principal ícone. Do outro lado, por sua vez, estariam os escritores marginais ao sistema dos salões burgueses, divididos em dois subgrupos: em primeiro lugar, os nefelibatas, "alienados", herdeiros da torre de marfim romântica – grupo em que se reuniram a maior parte dos poetas simbolistas do período; em segundo, aqueles escritores que, tomados por um senso de literatura como missão, adaptaram-se perfeitamente à noção do "escritor cidadão", identificando à sua volta as fissuras da sociedade e os conflitos de interesse que movem o mundo social e político. À revelia de suas muitas dissonâncias ideológicas, neste último grupo se enquadram os escritores analisados por Sevcenko em sua tese: Lima Barreto e Euclides da Cunha.

Este trabalho parte da premissa mencionada – de que as transformações políticas e sociais ocorridas na Primeira República tiveram implicações no modo como os intelectuais e escritores observavam os pobres e a pobreza na sua sociedade – para pensar de que modo um dos principais autores brasileiros desse período, Olavo Bilac, tratou o problema da pobreza em sua produção literária não-ficcional, quer dizer, nos gêneros da crônica, do artigo de opinião e do ensaio jornalístico.

Conhecido por seu esteticismo e preciosismo literário³ – características atribuídas ao parnasianismo, escola literária de que o poeta foi, entre nós, o grande expoente –, bem como por sua defesa intransigente do patriotismo, Bilac⁴ teve vultosa produção destinada à imprensa e, ao contrário do que sua caricatura na história literária poderia sugerir, dentro desse conjunto, muitos

³ Um eficiente panorama acerca das linhas gerais do projeto estético de Olavo Bilac e de outros poetas parnasiano-simbolistas que foram seus contemporâneos pode ser lido na antologia “Do encantamento à apostasia”, organizada por Fernando Cerisara Gil (2006).

⁴ Para uma visão panorâmica sobre a vida e a carreira literária de Bilac, ver: FERNANDO, 1991.

são os textos que retratam os pobres e a pobreza, seja tematizando certos aspectos da vida nas classes baixas da população, seja de forma tangencial, pelo modo como as questões sociais atravessam determinados temas específicos.

A escolha dos textos se baseou na ideia de que, para além das dificuldades metodológicas da abordagem comparativa entre gêneros muito diferentes, é através da crônica, dos ensaios e dos artigos jornalísticos, sobretudo, que podemos encontrar mais facilmente os indícios da visão sobre os pobres e a pobreza na obra do autor, uma vez que tais gêneros – discursivamente mais próximos ao domínio do realismo factual – foram praticados à exaustão pelo “príncipe dos poetas brasileiros”, que publicava regularmente em jornais da época, e, diferente do que se dá na sua produção poética – que se distingue pelo esteticismo –, sua crônica se volta constantemente aos temas sociais e aos acontecimentos que marcaram a época em que o autor viveu. Dentro desse recorte, portanto, é que analisaremos suas ideias a respeito da pobreza e sua forma de expressá-las, buscando confrontá-las com a premissa de Sevcenko, anteriormente evocada.

2 OLAVO BILAC E SEU OUTRO DE CLASSE

Comumente associado à corrente estética do parnasianismo, não é raro encontrarmos materiais didáticos que retratam o poeta Olavo Bilac como um cultor da palavra esvaziado de consciência política, alienado das questões sociais do seu tempo. Trata-se de um preconceito modernista que se enraizou em nossa cultura literária, por meio do qual os adeptos do parnasianismo seriam escritores desprovidos de relação com o bafo das ruas, centrados tão somente na ourivesaria da palavra, encastelados em suas torres de marfim. Sem enveredar para uma crítica a tal explicação engessada, o que demandaria um novo trabalho, abordaremos, porém, uma faceta pouco explorada do “príncipe dos poetas brasileiros”, seu trabalho como cronista, demonstrando como sua

ligação com os temas urgentes da *Belle Époque* esteve sempre evidente na sua produção em prosa destinada aos jornais, e como desta ligação também é possível encontrar uma larga – se bem que ambígua – reflexão social a respeito dos pobres e da pobreza.

Parcialmente reunida pelo crítico Antonio Dimas nos dois primeiros volumes da obra “Bilac, o Jornalista” (2006) – antologia que abarca 555 textos de um total de 1654 encontrados pelo pesquisador –, a produção cronística de Olavo Bilac é vasta e multifacetada, composta pelos habituais textos de cotidiano, resenhas de livros e de peças de teatros, relatos pitorescos e impressões sobre o mundo social e político. Entre estas últimas, eventos históricos importantes, como a Guerra de Canudos, a Revolta da Vacina e as reformas urbanas de Pereira Passos no Rio de Janeiro, receberam a atenção de sua pena, o que hoje nos interessa não apenas pelo aspecto literário, mas também como fonte para a reflexão sobre o passado.

No que diz respeito à sua visão sobre os pobres e a pobreza, tal como se observa à maioria dos escritores da época, a perspectiva de Bilac é marcada pelo distanciamento de classe, em cumplicidade com o leitor das classes médias e altas que liam os jornais em que o escritor publicava seus textos. Pode-se perceber tal distanciamento pelo uso e abuso de uma adjetivação em relação aos pobres que promove a separação entre “nós e eles”, onde os pobres são identificados através do exotismo, frequentemente retratados como “gentes rudes” (BILAC, 2006, p. 597), de “alma rude” (BILAC, 2006, p. 266), dotada de uma simplicidade quase bestial, incapaz à compreensão das sofisticações da política, da cultura e do espírito. E se o socorro dos adjetivos lhe foge, as descrições e as imagens utilizadas por Bilac cumprem bem aquele propósito de revelar a objetificação a que o pobre estaria submetido, em virtude das múltiplas privações que sofre. É o caso, por exemplo, da crônica de 19 de agosto de 1894, que aborda a condição das meretrizes – na visão de Bilac, “reduzidas à condição de móveis de aluguel” pelos homens que buscam nelas algum prazer:

E tão fundo se enraíza nelas essa convicção da própria dependência e da própria escravidão que, quando um João Paulo, desvairado por um ciúme absurdo e tolo, se prepara para as matar, - não fogem, não resistem, não protestam, deixam-se assassinar, como se deixavam beijar. Quando um homem se desgosta de uma cadeira que comprou, e a despedaça para alimentar o fogo da cozinha, a cadeira passivamente se deixa despedaçar... (BILAC, 2006, p. 119).

A construção do outro na figura do pobre passa também por aquilo que poderíamos considerar como algumas das bandeiras cívicas de Bilac, na medida em que, por diversos momentos, sua pena esteve a serviço de campanhas de caridade, defendendo entusiasmadamente a necessidade da esmola, das creches, dos orfanatos e dos asilos. Tais crônicas são marcadas, sobretudo, pelos arroubos retóricos e pela pieguice, investindo na dramaticidade dos apelos a fim de despertar a solidariedade das elites: “Viva o amor; só ele é grande, só ele pode tudo...” (BILAC, 2006, p. 35), é como se inicia a crônica publicada na Gazeta de Notícias em 17 de junho de 1890, cujo argumento consiste num alerta e numa defesa da necessidade de creches para crianças desamparadas.

Não é o caso, obviamente, de problematizarmos o distanciamento de classe que os textos de Bilac meramente refletem, mas é indispensável que mantenhamos tal separação à vista ao longo de uma análise mais profunda do lugar dispensado à pobreza e aos pobres na sua reflexão social. O fato de identificarmos em seus textos certo alheamento quanto ao outro de classe, sempre colocado do lado de lá da fronteira social, não deve significar (ao menos não de forma automática e necessária) que o escritor passou ao largo de qualquer questionamento sobre a condição da pobreza, naturalizando suas causas por meio de fatalismos deterministas, mas sim que tal vício de origem está presente de forma indelével na posição que o escritor ocupa dentro do debate. De fato, veremos à sequência que o pensamento de Bilac sobre o assunto é, como ocorre em muitos outros temas, marcado pela provisoriedade, o que exige do pesquisador certa cautela frente à eventual ânsia de categorização

intelectual. Dentro dessa inconstância, contudo, a alteridade do pobre é um elemento de estabilidade no seu discurso, perspectiva classista que parece capaz de costurar posições diversas e não raro conflitantes.

Este é o caso, por exemplo, de sua visão sobre o chamado Bota-Abaixo realizado no Rio de Janeiro da primeira década do século XX, durante a gestão do prefeito Pereira Passos. Considerado um dos arautos da Regeneração, Bilac foi dos escritores mais entusiasmados com a remodelação urbana daquele momento, defensor contumaz da necessidade de modernização da capital federal que, mediante amplo processo de higienização (onde o complemento “social” nem sempre era mencionado de forma explícita, mas sempre subentendido), poderia assim e finalmente embarcar na locomotiva do progresso e da civilização.

Em suas primeiras crônicas sobre o tema, a defesa de Bilac é intransigente: para atingir o nobre fim de ruas e avenidas mais largas, prédios suntuosos e – de acordo com os defensores do processo – higienizar a cidade, libertando-a de moléstias e epidemias, todo e qualquer sacrifício era válido. Daí que, em seus primeiros textos sobre o tema, o problema das habitações populares tenha desviado completamente do seu radar, permanecendo durante longo tempo ausente de suas impressões e comentários sobre o processo de remodelação urbana. Tamanha era a cegueira ou indiferença do autor sobre o tema que, em uma crônica de 30 de outubro de 1904, após exaltar a adesão popular à lei da vacinação obrigatória – alegando que, por trás da aparência de “indignada e desordenada oposição, ele [o povo] possui um sólido fundo de bom senso, que o preserva dos perigos a que o expõe o instinto da revolta” (BILAC, 2006, 660) –, adesão que mais tarde se revelaria ilusória, o autor evoca uma discussão em voga sobre “o eixo da avenida” para afirmar que, sabendo nada sobre o assunto, de outra coisa sabia:

O que sei é que a Avenida está, de ponta a ponta, cheia de gente que trabalha e canta. Onde há trabalho e pão para os humildes, há

felicidade para todos! E é esse, dos novos aspectos da vida carioca, o que mais me encanta e orgulha. Governar não é somente administrar: é também prover, é também dar trabalho aos homens válidos que precisam ganhar o sustento diário com o suor do rosto. Dos lares pobres, onde hoje não míngua a comida, já não irrompe o coro de maldições e de lamento de há dous anos atrás. O que se está fazendo não é somente um bem para a nação: é também uma providência para cada trabalhador e uma alegria para cada família.

E basta isso para que eu pense que a avenida está certa... (BILAC, 2006, p. 661).

Todos os argumentos concorrem, como se vê, para a justificação da modernização impulsionada, inclusive os supostos benefícios que a população mais pobre estava tendo com a proliferação das obras urbanas. Num primeiro momento, o fato de os mais pobres se verem obrigados à busca por nova moradia em regiões muito distantes do seu trabalho, ao risco de nada encontrarem dentro dos antigos padrões financeiros do setor imobiliário, para Bilac, não pesava sobre a alegria que a abertura de novos (e efêmeros, acrescento eu) postos operários estavam trazendo para as camadas baixas da população. Esta é, certamente, uma amostra exemplar de sua cegueira de classe, que o impedia a visualização de problemas maiores embutidos em temas cujo seu interesse partia de privilégios sociais.

Tomando por base a reunião de crônicas feita por Antonio Dimas (2006), de abril de 1903 a junho de 1905, Bilac publicou nada menos que oito artigos sobre a Regeneração carioca, sejam eles parcial ou integralmente voltados ao assunto, todos de viés entusiasmado, em defesa das reformulações urbanas e do sacrifício que “todos” deveriam fazer, visando um bem maior e comum. Neste período, portanto, valemo-nos de uma espécie de raio-x de sua cronística para perscrutar sua visão sobre a pobreza carioca. Quer dizer, é justamente onde seu texto cala que ele mais nos informa a respeito da questão social sob a ótica de Bilac. Mas se o silêncio do escritor sobre o tema pode ser tranquilamente compreendido como um sintoma de insensibilidade social, isto não quer dizer,

contudo, que a febre modernizadora do príncipe dos poetas brasileiros não tenha se amenizado posteriormente, quando o autor finalmente alcança e manifesta certa consciência sobre os problemas urbanos e sociais implicados no Bota-Abaixo.

Tal nuance aparecerá somente em 13 de agosto de 1905, quando, em uma crônica de tom melancólico, o autor levantará junto à imprensa o problema das habitações urbanas. Nela, Bilac defende que se interrompa por um momento o “coro de louvores” (BILAC, 2006, p. 732) à transformação da urbe para, com emoção resignada, destinar alguma atenção à morte da cidade velha. A partir desse introito, o cronista evoca sentimentos nostálgicos para falar dos lugares e edificações que marcaram a sua infância e o passado carioca, assumindo que, por maior que fosse o seu aplauso às mudanças, era impossível ver tamanha transformação sem se deixar tocar por essa angústia que acompanha o desaparecimento de tantas boas memórias. Mas seu texto não para por aí. Após longa digressão sobre o tema, Bilac reserva uma parcela de sua crônica para falar também do problema das habitações populares:

E há ainda uma outra causa de melancolia e tristeza, nesta demolição de prédios: é a lembrança dos atropelos, das angústias, das aflições em que se vê a gente pobre, obrigada a mudar-se da noite para o dia.

A mudar-se, para onde? (BILAC, 2006, p. 734).

Cabe apontar para a curiosa confusão de temporalidades utilizada na construção do texto: ao falar de uma lembrança, Bilac induz seu leitor a se voltar ao passado, tanto mais quando a lembrança evocada aparece logo após uma série de outras memórias – estas relativas às edificações derrubadas, mencionadas nos tópicos anteriores da mesma crônica – que, definitivamente, já fazem parte apenas do passado, posto não possuírem mais qualquer materialidade. A lembrança trazida à parte final da crônica, contudo, não é uma lembrança marcada pelo tempo pretérito, uma vez que os atropelos, angústias e aflições rememorados são aqueles *em que se vê* a gente pobre, e não *em que se*

viu. Trata-se, portanto, de uma lembrança fincada no presente, de um processo que está vivo e buscando ainda alguma solução.

Mas a mistura de tempos verbais continua. Após explicar que, embora fossem modestas para qualquer Rotschild ou Rockefeller, as habitações recém-erguidas sobre os escombros da velha cidade eram verdadeiros palácios para os padrões da gente pobre, Bilac indaga seu leitor sobre o futuro da população que, antes, vivia nos cortiços e albergues do centro. Indaga sobre o *futuro*, frise-se. “Para onde *levarão* [grifo meu] os pobres os seus trastes, modestos mas queridos, os tristes cacarecos que são toda a sua fortuna?” (BILAC, 2006, p. 734). Eis uma curiosa lembrança, que resgata não apenas o que já foi, mas, sobretudo, aquilo que ainda será.

Na sequência da crônica, o escritor pontua a criação de uma comissão destinada a resolver o problema das habitações, mas, tão logo a nomeia, critica o fato de que tal comissão estava, até ali, fazendo “o que costumam fazer todas as comissões: tem falado, e tem feito falar de si” (BILAC, 2006, p. 734). Pessimista quanto à resolução do problema, Bilac aponta o que seriam as prováveis causas para o atraso desta solução: a escolha do local e os recursos pecuniários para este fim. E ele mesmo oferece, se não uma solução, uma resposta à dúvida candente: “O local? – [...] as duas margens do leito da Estrada de Ferro [...]. O dinheiro? – mas emita-se, cunhe-se, invente-se esse dinheiro sem hesitação!” (BILAC, 2006, p. 734). A crônica se encerra com a mesma melancolia que a percorreu desde o início, frisando o fato de que nem tudo são flores no processo modernizador. “Os hinos de louvor são justos: mas também deve haver lugar para um pouco de melancolia, - porque as causas de melancolia são muitas...” (BILAC, 2006, p. 735).

Vê-se, portanto, que a crônica em foco mostra, a um só tempo, o amadurecimento da posição de Bilac – entusiasta da Regeneração, ainda, mas consciente dos problemas implicados no processo –, seu olhar empático para os

mais humildes e, junto a isso, também o distanciamento de classe que o faz equalizar uma urgente discussão social com o sentimentalismo das memórias da infância, diluindo-as no mesmo caldo das “causas de melancolia”. Mais ainda, a organização interna do texto, que coloca em primeiro plano uma discussão sentimental para, depois, trazer “uma outra causa de melancolia e tristeza”, tudo isso corrobora para uma forte impressão de que, independentemente das intenções que o texto de Bilac pudesse ter, seu distanciamento em relação às causas populares é tamanho que, mesmo chegando atrasado mais de dois anos – uma vez que, de abril de 1903 (quando Bilac publica a crônica mais antiga que encontramos sobre o assunto) a agosto de 1905, sequer uma simples ressalva pertinente à questão da moradia apareceu em qualquer dos seus textos entusiásticos da Regeneração –, o problema não é visto com a ênfase adequada à sua urgência, sendo tratado como uma lembrança melancólica que, no fundo, está envolta pelo mesmo fatalismo resignado destinado às demolições, compreendidas sempre através da chave da inevitabilidade.

3 PENSAMENTO VOLÚVEL, IDEOLOGIA PROVISÓRIA: A INCONSTÂNCIA DE BILAC

Vimos, portanto, um bom exemplo da relação distanciada que o Olavo Bilac cronista possui em relação aos mais pobres, mas também de sua capacidade de reformulação dos velhos problemas, que o permite novas angulações e perspectivas sobre os mesmos temas ao longo do tempo, o que nos remete a uma preocupação metodológica indispensável aos pesquisadores da literatura que trabalham com a diacronia. Debruçado sobre a leitura crítica de crônicas, Sidney Chalhoub frisou sob esses termos a importância e a necessidade do pesquisador atentar às eventuais transformações existentes dentro da cronística de cada escritor, nos planos formais e de conteúdo:

além da atenção em relação aos procedimentos narrativos e aos debates sociais que originam as crônicas, soma-se a necessidade de

atentar para as transformações na produção de cada autor, quer no interior de determinada série, quer no processo sucessivo de substituição e reinvenção de colunas e narradores no conjunto de sua obra cronística. (CHALHOUB, 2005, p. 18).

No caso de Bilac, seja pela extensão extraordinária de sua produção, seja pela natureza de suas crônicas – quase sempre atravessadas pelos acontecimentos recentes –, seja ainda por alguma particularidade de sua personalidade intelectual, as mudanças de posicionamento são bastante frequentes em suas publicações de imprensa, passando a impressão de certa volubilidade de pensamento aos leitores que acompanham sua produção de forma mais atenta. Daí a dificuldade de mapearmos sua visão política sobre a pobreza, portanto, dada a inconstância de seus posicionamentos sobre diversos temas a ela relativos. Assim, se num texto o autor critica a apatia do povo carioca, por exemplo, noutra condenará a sua manifestação nas ruas, considerando revoltas e motins como, além de ineficazes, sintomas da barbárie e do irracionalismo popular.

Este é o caso, por exemplo, da crônica publicada em 13 de novembro de 1904, a respeito da Revolta da Vacina, quando o autor desqualifica e põe em xeque a seriedade dos protestos que tomavam a Rua do Ouvidor, no centro da capital federal. Para ele, a via – uma das mais importantes do Rio de Janeiro da época –, por ter sido palco de tantas revoltas populares, possuía “alma de criança malcriada, nunca disposta a trabalhar e estudar, mas sempre disposta a protestar e a cometer desatinos” (BILAC, 2006, p. 664). Com tal associação, Bilac já demonstra sua completa aversão às possíveis causas do conflito, consideradas fúteis e infantis, bem como seu alheamento em relação às motivações das insatisfações dos mais pobres não apenas em relação a uma revolta popular, mas a várias, se não em todas.

A crônica prossegue mencionando que os manifestantes, aproveitando-se das obras executadas pela gestão do prefeito Pereira Passos, que

revitalizavam o centro da cidade, tomaram pedras e materiais de construção que estavam dispersos pela rua e as utilizaram para agredir policiais – o que, na visão do escritor, era mais um motivo para que as obras fossem aceleradas. Mais adiante, após afirmar que “os motins não se preocupam muito com a Lógica” (BILAC, 2006, p. 665), Bilac afirma que o protesto terminou contra a lei da vacinação, mas começou contra “os pagodes do Conselho Municipal”. A estratégia de desqualificação dos manifestantes a partir da futilidade de suas reivindicações está presente em todos os momentos: ao comentar a ira contra o mencionado Conselho, Bilac sugere que a população nunca prestava atenção às eleições que formavam os Conselhos, mas, depois de formados, revoltava-se com a sua condução – jogando, deste modo, a culpa da falta de representatividade popular no Conselho Municipal para o colo da própria população, o que, no mínimo, desconsidera as desigualdades institucionais estabelecidas na legislação eleitoral da época, que excluía a maior parte da população do direito ao voto mediante o veto aos analfabetos.

Daí por diante, a crônica, que se inicia com uma discussão sobre os motins na Rua do Ouvidor, desvia-se completamente para uma digressão a respeito da consciência política (ou a falta dela) do povo brasileiro, que para o autor pecava no cumprimento de seus deveres cívicos, abstendo-se de votar ou vendendo seu voto para, na sequência, revoltar-se com os políticos eleitos. Ainda que a crítica tenha algum fundamento, chama atenção, no entanto, o fato de que Bilac não dispense uma só linha para confrontar tal suposta apatia política com os impedimentos da legislação eleitoral, e que, mais do que isso, desconsidere completamente das manifestações de rua sua qualidade de ato político. Assim, a crônica se encerra com uma afirmação de espanto, reconhecendo que ela começara sorrindo e terminara doutrinando. A mudança se justificaria, porém, uma vez que, para o autor “antes sorrir ou doutrinar, do que ir apenas apanhar as pedras da Avenida para rebentar crânios e vidraças...” (BILAC, 2006, p. 666). Curiosamente, Bilac não somente retira todo e qualquer

potencial de pressão política das manifestações de rua como, junto a isso, defende estar fazendo mais do que os manifestantes pela formação de consciência política através das suas crônicas.

Esta primeira crônica sobre o conflito, como vimos, volta os olhos para a Revolta da Vacina na tentativa de desqualificá-la, porém, pouco discorre a respeito de suas motivações, limitando-se a pôr em dúvida a capacidade lógica dos manifestantes e sua consciência política. Uma semana depois, no entanto, com o curso dos acontecimentos e a consolidação do motim, Bilac volta ao tema e, assumindo postura mais grave, inicia sua crônica do dia 20 de novembro dizendo, de início, que se quisesse registrar todas as “tristes recordações que me ficaram desta abominável semana, toda esta página não bastaria para contê-las” (BILAC, 2006, p. 667). O tom da crônica, portanto, é o de completa condenação dos eventos.

De fato, é com este colorido que Bilac iniciará o seu relato sobre os eventos do dia 14 de novembro, qualificando o motim como “criminoso”, e o ânimo dos manifestantes como uma “estúpida fúria” (BILAC, 2006, p. 667). E a adjetivação pejorativa continua ao longo de todo o texto. Na sequência, o cronista relata que, ao chegar à avenida, próximo do meio dia, os operários que trabalhavam nas reformas urbanas estavam já guardando suas ferramentas, diante do avanço dos manifestantes, o que Bilac identificou como a “fuga da civilização diante da barbárie vitoriosa” (BILAC, 2006, p. 667).

Não faltaram figuras de retórica na condenação da revolta por parte do poeta parnasiano. O avanço dos manifestantes foi descrito por Bilac nestes termos:

(...) a rapina vencia a indústria; a ferocidade triunfava do labor; e havia naquele largo trecho da cidade, no ar e no chão, nas ruínas dos prédios, em tudo – um tremor de aflição e de horror, como se até as cousas inanimadas compreendessem e amaldiçoassem a infâmia daquele atentado! (BILAC, 2006, p. 667).

As razões para o descontentamento popular eram completamente incompreensíveis para o escritor que, já à noite, ao andar pelas ruas da cidade, perguntava-se sobre as motivações que poderiam colocar “esta gente” contra um governo que “só quer dar luz, avenida, saúde, árvores, limpeza, dignidade ao povo, dando trabalho aos que querem trabalhar”, concluindo, porém, que sua pergunta “não tinha resposta”. Descartando uma organização por trás do movimento, Bilac considera que, no Rio de Janeiro, o que não faltavam eram “navalhas afiadas e trabucos carregados, à disposição de todas as causas e a serviço de todos os patrões” (BILAC, 2006, p. 669).

Somente na parte final do texto é que as condenações objetivas e as conjecturas sobre as razões do movimento darão lugar a uma conclusão mais sóbria, fundada nos fatos. Evocando o analfabetismo que grassava forte na população brasileira e carioca daquele período, o poeta conclui que, não fosse por isso, “ninguém lograria convencer a pobre gente ingênua das estalagens que o governo queria vaciná-la com caldo de ratos mortos de peste...” (p. 669). Assim, ainda que não o diga com todas as letras, insistindo na condenação dos populares, Olavo Bilac retira o peso daquilo que considera ser uma má conduta das costas do povo pobre ao identificá-la como uma consequência da ignorância, que torna o povo facilmente manipulável. A passagem seguinte explicita esta síntese de Bilac:

E aí estão os três elementos da desordem: a ambição dos que sabem ler mas não tem juízo, a ferocidade desocupada dos vagabundos e facínoras, e a ingenuidade dos analfabetos, que, coitados, são sempre os menos responsáveis e sempre os que mais sofrem. (BILAC, 2006, p. 669).

Após uma virulenta denúncia da ilegitimidade do movimento, Bilac finaliza seu relato poupando a gente pobre das responsabilidades sobre o levante. Assim, termina a crônica sobre os eventos da semana defendendo a instrução primária obrigatória, que para ele acabaria com os motins e seria

benéfica para todos, “desde a gente que trabalha até a gente que governa” (BILAC, 2006, p. 669). O texto se encerra com um raivoso pedido de que aquela semana desapareça “no abismo insondável do Tempo, onde há esquecimento para tudo” (BILAC, 2006, p. 669).

Vê-se, portanto, que a Revolta da Vacina não passou despercebida pelas lentes de um dos maiores escritores da história do Brasil, mas que as motivações mais profundas que levaram o povo pobre a se revoltar contra a arbitrariedade do governo, canalizando sua raiva contra um alvo inofensivo, que trazia somente benefícios – a vacinação contra a varíola –, não estavam no radar do escritor, que a tudo explica pela evocação da ignorância popular. Hoje, é consenso entre os historiadores que, por trás de tal revolta, estava não apenas a incompreensão para com as medidas de saúde pública, mas principalmente o descaso com que as autoridades brasileiras tratavam tal população, parte dela afetada profundamente pelas reformas urbanas, que teve como efeito prático a transferência das camadas mais pobres da população das regiões centrais da cidade para periferias precariamente construídas às pressas, nos morros da capital.

Para o historiador Nicolau Sevcenko, por exemplo, a reformulação urbana ocorrida no Rio de Janeiro do início do século XX, sob a gestão do prefeito Pereira Passos,

(...) trouxe consigo fórmulas particularmente drásticas de discriminação, exclusão e controle social, voltadas contra os grupos destituídos da sociedade. E foi na intersecção sufocante dessa malha densa e perversa que a população humilde da cidade viu se reduzir a sua condição humana e sua capacidade de sobrevivência ao mais baixo nível. A soma dessas injunções, vistas pelo seu ângulo, traduzia-se em opressão, privação, aviltamento e indignidade ilimitados. Sua reação, portanto, não foi contra a vacina, mas contra a história. Uma história em que o papel que lhes reservaram pareceu-lhes intolerável e eles lutaram por cuja mudança. (SEVCENKO, 2018, p. 114).

Não será o caso de cobrarmos de Bilac uma consciência histórica impossível ao tempo em que viveu, mas, independentemente dos juízos manifestos pelo autor e da inadequação de sua posição em relação às interpretações históricas *posteriores* ao fato, este é claramente mais um exemplo não apenas da visão classista do poeta, nublada pelo lugar social que ocupava, mas também da dinâmica imediatista que seus textos seguiam – certamente em função das exigências que lhe chegavam por parte dos órgãos de imprensa em que trabalhava –, forçando o escritor a emitir opiniões apressadas, que iam sendo reformuladas com o passar do tempo e o desenrolar dos acontecimentos públicos.

As readequações que o autor praticava em suas críticas, análises e juízos, porém, nem sempre mantinham uma relação de coerência com a dinâmica processual da história. Não raras vezes, tratava-se tão somente de uma volubilidade de pensamento, capaz de revelar certas fragilidades no raciocínio do autor sobre determinados temas, certamente meditados de forma incipiente.

É o que constatamos, por exemplo, à análise de duas crônicas publicadas pelo autor em datas muito próximas, com menos de um mês de distância entre elas. Na primeira, datada de 21 de dezembro de 1902, discorrendo sobre um escândalo denunciado pela imprensa – o das condições desumanas com que homens e mulheres privados de liberdade eram tratados na Casa de Detenção do Rio de Janeiro –, Bilac critica de forma veemente a precariedade criminosa do sistema penitenciário brasileiro, responsável pela indignidade assim descrita pelo autor:

[...] os presos, como uma vara de porcos, metidos numa ignóbil pocilga, cevados com toucinho podre e batatas bichadas; homens metidos em *solitárias* medonhas; sessenta mulheres, seminuas e cobertas de vermina, num calabouço de oito metros quadrados; tudo horrorizaria e estremeceria às próprias pedras, se neste país as

próprias pedras já não estivessem habituadas [*****]⁵. (BILAC, 2006, p. 518).

Logo no parágrafo seguinte, o escritor considera tais “abusos” como um “vício essencial do sistema”, que não se transformará com a mudança de um ou outro funcionário. O texto se desenvolve como uma longa crítica à inversão de valores praticada pelo Estado brasileiro no que se refere às instituições penais. Bilac aponta, por exemplo, para a contradição na escolha de policiais para chefes das “casas de prevenção”, uma vez que o papel principal destas instituições não seria o da repressão, mas sim o educativo, “onde o papel de diretor é antes de tudo um papel de educador, de evangelizador, de apóstolo da mais bela de todas as religiões” (BILAC, 2006, p. 519).

Aguda e ferina, a crítica de Bilac nos leva a supor que sua posição neste assunto é a de uma intransigente defesa não só de maiores investimentos do Estado no sistema prisional, a fim de que ele efetivamente cumpra a sua missão de ressocialização dos condenados, como também de absoluto respeito aos direitos básicos de pessoas que, denuncia o próprio autor, estavam vivendo na mais completa indignidade. Qual não foi nossa surpresa, porém, ao identificarmos posicionamento abertamente contrário a esse em uma crônica publicada menos de um mês após suas críticas virulentas ao sistema penitenciário?

Acolhida pelo mesmo veículo, a Gazeta de Notícias, esta segunda crônica veio à luz em 11 de janeiro de 1903, mobilizando a mesma energia crítica do texto anterior, mas desta vez para falar da suposta boa vida que os penitenciários gozavam, sustentados pelo povo trabalhador. Bilac inicia seu argumento chamando a atenção para o fato de que, de tão pacatos e ordeiros que são os trabalhadores, o Estado só se lembra deles por ocasião da cobrança

⁵ Os asteriscos indicam passagem ilegível nos originais reproduzidos pela edição organizada por Antonio Dimas (2006).

de impostos. Os criminosos, por outro lado, qualificados pelo cronista como patifes, “esse dão trabalho!”:

É para vigia-los e contê-los que o Estado sustenta uma polícia que lhe custa os cabelos da cabeça. É para julgá-los que há uma porção de juízes. É para hospedá-los que se fundam e mantêm prisões e penitenciárias. E, hospedados e sustentados pelo Estado, os meliantes são de uma exigência feroz: querem casa confortável, querem comida farta e suculenta, querem médico, botica, padre para encomendação final, enterro e sepultura. (BILAC, 2006, p. 526).

Após enumerar com tom de deboche as supostas exigências dos presidiários, o autor critica – na mais absoluta contradição com o que escrevera na crônica de dezembro de 1902, já comentada – a própria imprensa por fazer eco às queixas dos meliantes, quando sucede “que os cubículos são incômodos ou a carne seca não é de primeira” (BILAC, 2006, p. 526). Tudo isto para, à conclusão do parágrafo, afirmar que “Decididamente, a sorte dos patifes é bem mais invejável do que a dos homens de bem!” (BILAC, 2006, p. 526).

De tão flagrante, a contradição entre as posições adotadas nas duas crônicas chega a ser constrangedora. Mas isso não é tudo. Se no primeiro artigo o conflito com a lei era caso de correção educacional – sugerindo que, sob melhores condições sociais, cresce a chance de um meliante se ajustar socialmente –, no segundo, Bilac questionará também a ideia de que a miséria contribui para o aumento da criminalidade, afirmando existirem por aí “muitas casas em que a Miséria se instalou, sem delas desalojar a Honra” (BILAC, 2006, p. 526). Muito embora o autor conteste a associação generalista entre miséria e criminalidade, sua percepção da correlação entre os fenômenos continua presente. Prova disso é que, após descrever a precariedade da vida dos mais pobres, o autor encerra seu raciocínio afirmando que esta pobreza honesta não recebe atenção alguma do Estado, que

só se abalará, só se decidirá gastar trabalho e dinheiro, no dia em que aquele pobre homem der em salteador, no dia em que aquelas

raparigas derem em meretrizes desordeiras, no dia em que aqueles pequenos derem em pungas e em pivetes! (BILAC, 2006, 526).

Desse ponto em diante, Bilac encaminha novo tópico temático – procedimento muito utilizado pelo escritor, que, com grande frequência, reúne num só artigo diversos temas sem qualquer relação aparente.

O que pensar sobre as bruscas contradições e mudanças de posição operadas por Olavo Bilac nas crônicas em foco? Certo é que a identificação destas incongruências deve vacinar o pesquisador em relação às conclusões apressadas, tornando-o alerta às possíveis bandeiras de circunstância empunhadas por Bilac. Além disso, no entanto, podemos considerar que, apesar das argumentações e conclusões eventualmente conflitantes, a problematização da pobreza – a consciência de seu vínculo íntimo com a questão social – está presente no pensamento de Olavo Bilac, uma vez que, ainda que o considere um problema moral, o autor reconhece a miséria como fundamento primeiro do crime em ambas as crônicas analisadas, quando sugere que o Estado poderia evitar os males que exigem correção investindo esforços e recursos no combate à pobreza. Trata-se, como se vê, de uma compreensão mais sociológica do que biológica sobre aqueles tópicos: tanto a criminalidade poderia ser evitada pelo investimento social, quanto a pobreza poderia ser reduzida pela ação do poder público – nenhuma das duas, portanto, podem ser vistas como características naturais e incontornáveis das comunidades humanas.

Assim, no que diz respeito à sua produção voltada à imprensa, podemos considerar que a reflexão social de Bilac – em especial naquilo que diz respeito à sua visão sobre os pobres e a pobreza (suas causas e consequências) – não alcançou um nível de maturidade capaz de a distinguir sob a forma de uma doutrina sociológica ou de uma orientação política, sendo conduzida com certo espontaneísmo, ao sabor de suas impressões momentâneas a respeito de fatos

que lhe chegavam pela imprensa. Há que se levar em conta, porém, que tal grau de amadurecimento crítico pode ser estranho não apenas a Bilac, mas também ao conjunto dos escritores brasileiros contemporâneos a ele – questão que exige uma investigação mais ampla, percorrendo diversos autores do período a fim de melhor compreender os termos pelos quais a miséria e a pobreza eram problematizadas em sua produção literária. No que diz respeito ao nosso recorte, porém, mais constante e previsível que a reflexão social de Bilac foi o seu distanciamento em relação ao pobre, manifesto repetidas vezes, sob o signo da alteridade e de uma radical diferenciação de classe.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte não é, como ainda querem alguns sonhadores ingênuos, uma aspiração e um trabalho à parte, sem ligação com as outras preocupações da existência. Todas as preocupações humanas se enfeixam e misturam de modo inseparável. As torres de ouro e marfim, em que os artistas se fechavam, ruíram desmoronadas. A arte de hoje é aberta e sujeita a todas as influências do meio e do tempo: para ser a mais bela representação da vida, ela tem de ouvir e guardar todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano. Somente um louco, ou um egoísta monstroso, poderá viver e trabalhar consigo mesmo, trancado a sete chaves dentro do seu sonho, indiferente a quanto se passa, cá fora, no campo vasto em que as paixões lutam e morrem, em que anseiam as ambições e choram os desesperos, em que se decidem os destinos dos povos e das raças... - Olavo Bilac

Muito comum no século XIX e no início do XX, a noção de literatura como “sorriso da sociedade” é tributária de um tempo em que os salões burgueses se alimentavam da produção de grandes escritores como forma de distinção, mas também por uma necessidade imperiosa: reinando absolutos no território da comunicação social, os periódicos da grande imprensa eram os principais veículos de escoamento das ideologias da classe dominante, donde advinha, obviamente, sua imensa relevância social e, nesse contexto, o poder financeiro necessário para a profissionalização da carreira de escritor. Neste ponto, aliás,

cabe remetermos à avaliação do sociólogo Sérgio Miceli sobre as relações entre literatura e jornalismo na época, para quem:

Em termos concretos, toda a vida intelectual [da Primeira República] era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais. Os escritores profissionais viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros que vinham de ser importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica. (MICELI, 1977, p. 15).

Por um lado, portanto, o prestígio dos autores renomados era emprestado aos veículos e às causas a que eles se vinculavam e, de outro, o jornal de grande circulação não apenas aumentava o público do escritor, tornando-o ainda mais conhecido e influente, como também garantia a sua subsistência dentro da profissão. Essa via de mão dupla, claro, dificultava a projeção de nomes que, em sua produção literária, destoassem em demasia do pensamento vigente junto à elite do país. Daí a noção de literatura como “sorriso da sociedade” – feita para entreter os salões burgueses, sua construção passava longe de qualquer forma de radicalidade, evitando exercitar a crítica política ou qualquer outra forma de pensamento incômodo às classes dirigentes, que pudesse perturbar aqueles espíritos bem acomodados com a ordem social.

Conhecido por seus contemporâneos como o “príncipe dos poetas brasileiros”, Olavo Bilac é comumente visto como um dos grandes representantes – se não o maior – daquela corrente literária confortável às elites. Vimos, porém, como sua produção cronística se voltou com enorme frequência às problemáticas questões sociais de seu tempo, discutindo não apenas o lugar dos pobres na sociedade como também o lugar das classes abastadas na superação da pobreza. E ainda que, em boa parte dos casos, tal reflexão meramente reproduzisse os valores dominantes, assumindo nitidamente a sua perspectiva de classe, o simples fato dela se fazer presente na produção do autor já é um claro indício de que nem tudo foram sorrisos na festa

burguesa de que Bilac participou. Ao contrário, justamente por não possuir uma posição firme e clara quanto às questões sociais, sobretudo quanto ao problema da pobreza, é que o espontaneísmo de sua pena arranhou por diversas vezes o veludo da Ordem.

Se bem que sua reflexão não tenha alcançado o amadurecimento necessário para um questionamento radical das desigualdades existentes no país – amadurecimento que, de resto, talvez sequer estivesse disponível no horizonte intelectual do Brasil da época –, tampouco podemos afirmar categoricamente que Olavo Bilac tenha ignorado por completo a discussão a respeito dos graves problemas sociais enfrentados pelo seu tempo. A citação utilizada como epígrafe a essas considerações finais, aliás, retirada de uma entrevista concedida por Bilac a João do Rio, revela exemplarmente o quanto o adjetivo de esteticista nubla uma gama diversa de preocupações do poeta, estas com antenas bem mais ligadas à realidade material da sociedade. Em podendo resumi-lo ao literato preso ao “sorriso da sociedade”, portanto, que ao menos reconheçamos nele o tom enigmático daquele sorriso de Monalisa que, sendo sorriso, obviamente não se opõe abertamente a seu observador, mas parece revelar algo mais do que um simples desejo de aceitação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

DIMAS, Antonio (org.). *Bilac, o jornalista: crônicas: volume 1*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista: crônicas: volume 2*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

FERNANDO, Jorge. *Vida e poesia de Olavo Bilac*. 4.ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

GIL, Fernando Cerisara. *Do encantamento à apostasia: a poesia brasileira de 1880-1919: antologia e estudo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2006.

MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

Recebido em 13/02/2023.

Aceito em 07/04/2023.